

Alberto Sá

“Alguns aspectos de Guimarães no tempo de D. Manuel (1498)”

Comunicação apresentada ao *III Congresso Histórico de Guimarães* “D. Manuel e a sua época”, 24 a 27 de Outubro de 2001.

O presente trabalho constitui parte de um projecto de investigação com vista a obtenção do grau de Mestre em História e Culturas Medievais da Universidade do Minho, sob orientação da Doutora Conceição Falcão.

Nos últimos anos, vários têm sido os trabalhos versando sobre historiografia urbana medieval. Embora circunscritos a espaços localmente definidos, com carácter geográfico mais ou menos abrangente e de pendor analítico, ora mais sociológico, ora mais económico ou político, os seus ensinamentos por certo terão a virtude de contribuir para a composição a um nível mais global daquilo que foi o espaço urbano medieval português, constituindo peças de um *puzzle* para a formação de um cenário maior.

Na impossibilidade material de se construir uma história completa, pois são conhecidas as limitações das fontes de estudo disponíveis para o período medieval, o caminho do conhecimento terá que evoluir por meio de pequenos impulsos promovidos por estudos monográficos, reduzidos à análise de uma fonte de âmbito parcelar. Tal é o presente caso, razão pela qual nos propomos apresentar “Alguns aspectos de Guimarães no tempo de D. Manuel”, no ano concreto de 1498.

O tipo de análise daí decorrente será sempre sincrónica. Utilizámos como fonte primordial um documento produzido no ano de 1498, sob a égide de D. Manuel I, que, em termos concretos, fez promover o levantamento da propriedade vinculada: instituições de assistência, capelas e morgadios, a nível do Reino. Para o que ora nos ocupa, ficou o *Tombo das Capellas e Hospícios, etc., da Villa de Guimarães. Liv. XXVI*. Esta acção fiscalizadora incidiu na reparação dos danos de administrações gravosas que, para agrado dos historiadores, se traduziu num notável contributo: a produção dos conhecidos “Tombos das Capelas (...)”. Muitos destes documentos perderam-se e de outros apenas restam cópias mais tardias (séculos XVII e XVIII), e uns quantos resistiram ao tempo e à incúria dos homens. Assim aconteceu para Guimarães, para bem da terra e da sua história.

A área de trabalho do tomo incidiu sobre a comarca do Entre-Douro-e-Minho, para a qual o juiz Diogo Borges, sob mandado régio, elaborou um alvará judicial dirigido aos administradores das capelas, gafarias e hospitais. Ordenava-se o levantamento das propriedades consignadas no tomo referente à instituição a inquirir, pormenorizando-se as medidas em varas de cinco palmos, a descrição das confrontações, segundo a orientação dos pontos cardeais. Dado o carácter expedito desta medida, o tabelião seria multado em dois cruzados em caso de incumprimento¹.

Reportando-nos ao enfoque do nosso estudo, de entre os visados nesta inquirição constam as confrarias do hospital de S. Francisco, a gafaria de Santa Luzia, o hospital da confraria de S. Domingos, a confraria do serviço de Santa Maria de Oliveira, a confraria do Hospital dos Sapateiros, a ordem e gafaria de Santo André e a confraria de Santa Margarida.

¹ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 170v/171.

A título individual, foram de igual modo chamados os administradores das capelas de Vasco Lourenço, de Gonçalo Colete, de Gonçalo do Lobo e Urraca Pais, de Duarte Afonso, de Gil Lourenço de Miranda e Joana Gonçalves, de Francisco Geraldês, da capela de Guilhamelo, da capela da Quinta da Casa Nova, de Martim Sordo e Martim Nogueira e sua mulher Maria Domingues, entre outros.

Ao todo, uma súmula de bens de herdade, rurais, na esmagadora maioria, e alguns urbanos.

Incidimos preferencialmente o olhar sobre o espaço intramuros e arrabaldes. Embora sendo realidades específicas são, contudo, simultaneamente partes integrantes de um todo inseparável e mais abrangente, onde se incluem, a escalas diferentes, a franja periurbana e o expressivo termo do concelho. Todavia, razões de ordem metodológica e didáctica impuseram um corte espacial, forçosamente aleatório, limitado ao intramuros e aos arrabaldes.

Transposto o ângulo de observação a uma escala menor, é evidente a complementaridade entre as áreas de dentro e do imediatamente fora das muralhas. Excluir qualquer uma destas partes seria amputar uma realidade urbana concreta, produto da dinâmica característica do urbanismo medieval, desde os tempos da sua formação.

Excluímos, portanto, a zona periurbana e o termo envolvente que, pela abundância de informação documental e especificidade de questões, haverão de permitir outros estudos.

Como elemento essencial da paisagem urbana, a rua é o cenário onde incidiremos a atenção, espaço convergente das actividades económicas e sociais de um núcleo urbano. Constitui, deste modo, o elemento ordenador da vivência do homem medieval e a fronteira entre os espaços público e privado. Por ela percorre o fluxo vital que alimenta cada comunidade, estendendo-se por uma hierarquia de vielas e travessas até ao mais recanto perimetral amuralhado.

As ruas são, acima de tudo, vias de comunicação de pessoas e mercadorias e o elemento de aproximação entre os extremos do núcleo urbano, espinha dorsal de um organismo vivo. Sendo local de compra e venda por excelência, onde os olhares dos compradores se cruzavam com as mercadorias expostas de quem vendia, a rua representava, assim, um autêntico mercado a céu aberto e um espaço vivo de valências múltiplas. Por ela acedem os ‘nutrientes’ essenciais ao devir da comunidade: cruzam-se os veículos; os animais de carga; os homens, trazendo os alimentos essenciais à sobrevivência; as matérias-primas para o trabalho artesanal e para a construção; os produtos acabados e os de utilidade doméstica. Mas por ela também vagueavam as notícias, o rumor, as misérias humanas, o ruído, a doença. Por ela acedia o invasor à intimidade.

A fisionomia de um centro urbano reflecte a obra do homem, no seu constante diálogo com o meio². Ela é o melhor suporte de informação para as gerações vindouras, registo dos actos pensados ou involuntários, um verdadeiro palimpsesto. Assim olhámos Guimarães, em 1498, portadora, já, de múltiplos arranjos e intervenções geradoras de matrizes morfológicas diversas. Pelo facto, 1498 é, para nós, um ponto de chegada e um ponto de partida.

Como se sabe, todo um conjunto de circunstâncias concorre para a definição de uma estrutura urbana. A começar pela base, geógrafos e historiadores confluem na tentativa de definição daquilo que

² “Não são as pedras mas os homens que fazem a cidade”, fórmula atribuída a Isidoro de Sevilha, nos inícios do século VII, retirada de ROUX, Simone - *Le monde des villes au Moyen Age. XI-XV siècle*, Paris, Hachette Livre, 1994, p. 3.

consideram o “suporte estático”, ou seja, a realidade geográfico-física³. Registo de interações complexas, o meio ambiente guarda as marcas da presença humana, resultado de adaptações (ou resistências) a uma paisagem concreta⁴.

A organização do espaço pelo homem manifesta a projecção do seu próprio ser no exterior. Processo inacabado, porque em mutação constante, a paisagem urbana reflecte as intervenções humanas no espaço natural, ideogramas do quadro mental das sociedades⁵. Uma vez construído, o espaço perde a sua forma natural. Uma vez habitado, “*queda en cierta forma sociabilizado (...). La edificación no habla del espacio: hace hablar al espacio en ella*”⁶.

A imaginação medieval, em busca da ordenação do caos espacial, reduzia o espaço a planos simbólicos: por um lado, o espaço habitado, cultivado e construído (cidades, aldeias, castelos, campos); por outro, o mundo propriamente selvagem (mar, floresta – o domínio da Natureza)⁷.

A acção humana no espaço urbano pode ser conceptualizada em duas categorias: o espaço público (ruas, praças, igrejas, mercado, castelo e outros espaços públicos) e o espaço privado (casas e ‘chãos’). Daí resulta uma compartimentação mutuamente exclusiva, na medida em que a delimitação de uma implica a delimitação da outra. No intramuros, a distribuição das parcelas privadas ocupava a maior parte do solo urbano.

O espaço público por excelência é a rua, definida a partir de quatro funções essenciais: meio de comunicação, local das mais variadas actividades económicas urbanas, local de encontro social e reflexo da sociedade⁸.

Como em tantos outros lugares, era impossível conceber um núcleo urbano sem o diálogo constante com o campo, quer ele marque a sua presença no espaço circundante, à distância de um atravessar das portas da muralha, ou pela presença de caracteres rurais mesmo dentro do intra-muros, na forma de pequenas parcelas de terreno cultivável, ou na forma da criação de animais domésticos, desde que resolvido o equilíbrio da relação entre alojamento e subsistência⁹. Na cidade não falta o mercado, local de congregação da economia citadina com a do entorno, evidência do relacionamento entre o mundo urbano e o rural. É frequente a imagem do artesão abandonando temporariamente o seu ofício para realizar tarefas agrícolas na sua parcela, dentro ou fora das muralhas.

³ GARCÍA TURZA, Javier - "Morfología de la ciudad de Nájera en la Edad Media", *III Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Gobierno de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1993, p. 63.

⁴ Sobre a confluência entre historiadores e geógrafos, vejam-se, DURANY CASTRILLO, Mercedes - "El paisaje rural medieval a través del ejemplo berciano", *Aragón en la Edad Media: Sesiones de Trabajo. III Seminario de Historia Medieval. Paisajes rurales y paisajes urbanos: métodos de análisis en Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1994, págs. 29 a 64; GASPÁR, Jorge - "Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. X, n.º 19, Lisboa, 1975, págs. 107 a 152; SALGUEIRO, Teresa Barata - *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Porto, Ed. Afrontamento, 1992.

⁵ CHEVALLIER, Bernard - "Le paysage urbain a la fin du Moyen Age: imaginations et réalités", *Le paysage urbain au Moyen-Age, Actes de XI^e Congrès des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur*, Lyon, PUL, 1981, p. 14.

⁶ MOLINA MOLINA, Angel Luis - "Territorio, espacio y ciudad en la edad Media", *La ciudad medieval. Aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*, Valladolid, Universidad de Valladolid, SPIC, 1996, p. 36.

⁷ LE GOFF, Jacques - *Histoire de la France urbaine* (dir. de George Duby), tome 2, Paris, Ed. du Seuil, 1980, págs. 17 a 19. Cf., também, LE GOFF, Jacques - *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*, Lisboa, Edições 70, 1983, págs. 51 a 52.

⁸ ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz - *Urbanística medieval (Guipúzcoa)*, San Sebastian, Kriselu, 1990, p. 175.

⁹ Sobre a complexidade das relações entre cidade/arrabaldes/campo, no que concerne a questões de alimentação e abastecimento urbano, cf., LEGUAY, Jean-Pierre - "Le rôle de la zone péri-urbaine dans l'approvisionnement des villes armoricaines au Moyen Age", *Flaran 5 - L'Approvisionnement des villes de l'Europe occidentale au Moyen Age et aux Temps modernes, Cinquièmes Journées Internationales d'Histoire, 16-18 Septembre 1983*, Flaran, AUCH, Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, 1985, págs., 189 a 201. De referir, também, ESTEPA DÍEZ, Carlos - "El alfoz y las relaciones campo-ciudad en Castilla y León durante los siglos XII y XIII", *Stvdia Historica*, vol. II, n.º 2, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, 1984, págs. 7 a 26.

Os estudos consagrados ao urbanismo antigo reconheceram vários planos topográficos, sem, contudo, esquecer a máxima de que cada vila é um caso particular. A conjugação de determinados factores físicos e humanos actuou na disposição das ruas no espaço segundo um plano linear, quadriculado ou radiocêntrico¹⁰.

Salvaguardando alguns casos excepcionais¹¹, na generalidade, as ruas eram exíguas, apresentando forma estreita, acidentada, tortuosa, onde a luz escasseava¹².

A espinha dorsal da maioria dos centros urbanos era constituída pela via principal, ao que a toponímia dos lugares costuma designar por 'rua direita' ou 'rua grande'¹³. Uma pluralidade de pequenas ruas, ruelas, becos e vielas se disseminava, formando um complexo emaranhado de percursos, alguns deles privados.

Guimarães não era excepção, constituindo as ruas de Santa Maria¹⁴ – Mercadores - Sapateira¹⁵ os eixos de vitalidade do burgo, prolongando-se com naturalidade para o exterior da muralha através dos arruamentos periféricos do extra-muros. No caso do eixo Sapateira – Mercadores, o seu prolongamento fazia-se pela rua de Gatos¹⁶. Esta artéria conduzia em direcção ao Porto e, grosso modo, ao litoral, constituindo-se, naturalmente, como uma importante via de circulação.

Sobre a largura das ruas nada se apura, como vai sendo comum. Em termos funcionais, sabe-se que, como via de comunicação, devia comportar a passagem dos meios de transporte, embora, por norma, a característica que predomina é a sua estreiteza. Em Guimarães, a amplitude oscilava entre os dois e os quatro metros¹⁷, valores que não se distanciam muito nos verificados em outros estudos, quer a Norte¹⁸, quer a Sul do país¹⁹, respeitando-se as devidas excepções²⁰.

¹⁰ Cf., LEGUAY, Jean-Pierre - *La rue au Moyen Age*, Rennes, Ouest-France Ed., 1984, págs. 17-29.

¹¹ Raras eram as ruas que atingiam dez a doze metros, as "maitresses rues". Há notícia de uma rua com onze metros em Rouen, e em Paris com oito/nove metros (*Ibidem*, p. 11).

¹² *Ibidem*, p. 8.

¹³ Sobre a toponímia como elemento identificador do espaço urbano, cf., ANDRADE, Amélia Aguiar - "Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas", *A cidade. Jornadas Inter e pluridisciplinares*, Actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, págs. 121 a 140.

¹⁴ Sobre a importância desta artéria, e porque a ela se dedicou um estudo minucioso, importa apenas aqui resumidamente destacar o seu pendor estratégico que fez dela um marco de referência no urbanismo da vila, sobretudo como elemento ordenador do espaço e como meio de comunicação com a zona alta (cf. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, C. M. de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento, 1989).

¹⁵ Actualmente, as ruas de Mercadores e Sapateira são uma só, denominada rua da Rainha.

¹⁶ Ou rua D. João I, como hoje se designa.

¹⁷ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de História Urbana (1250-1389)*, Braga, Dissertação de Doutoramento em História - Idade Média, apresentada à Universidade do Minho, policopiada, 1997, p. 386.

¹⁸ A Norte, medidas similares existiam na Guarda (GOMES, Rita Costa - *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)* (Cadernos da Revista de História Económica e Social), Lisboa, Sá da Costa, 1987, p. 46 a 47); para Braga e Barcelos, ressalta a estreiteza das vias (respectivamente, MARQUES, José - "Braga nos finais da Idade Média (Subsídios para o seu estudo)", *Braga medieval*, Braga, 1983, págs. 43 a 81; FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - "Barcelos terra de condes", *Barcelos Revista*, Barcelos, 1992, págs. 30 a 45); em Ponte de Lima, a variação oscilava entre os quatro e os seis metros, nunca ultrapassando os sete (ANDRADE, Amélia Aguiar - *Um Espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 30);

¹⁹ Em Torres Vedras, mais estreitas na parte alta e mais amplas na parte baixa da vila, sem exceder os seis metros (RODRIGUES, Ana Maria S. A. - *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995, p. 141); valor máximo também registado para Tomar, Santarém e Silves (por ordem respectiva, CONDE, Manuel Sílvia Alves - *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996, págs. 95 a 97; BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *Santarém medieval*, Lisboa, UNL/FCSH, 1980, p. 59); BOTÃO, Maria de Fátima - *Silves capital de um reino medievo*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1992, p. 28. Para Évora, valores máximos ente quatro e cinco metros (SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média* (Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa), Lisboa, INIC, 1990, p. 53), e uma rua com seis metros (BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *Évora na Idade Média*, dissertação de doutoramento em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1988, p. 115).

²⁰ Em Lisboa e Porto, as ruas Novas tinham dimensões bem mais amplas, entre doze a catorze metros (respectivamente, GONÇALVES, Iria - *Um olhar sobre a cidade medieval* (Patrimonia Historica), Cascais, Patrimonia, 1996, p. 66; AMARAL,

A largura da rua variava entre os dois e os seis metros em Rennes, quase impossibilitando a circulação de veículos no caso das mais estreitas. Para uma boa parte das cidades europeias, as principais ruas mediam entre seis e doze metros de largura²¹.

Apesar da exiguidade das vias, o homem procedia à construção de sacadas para aumentar a superfície útil da casa, representando saliências da vida privada sobre o espaço público. Este sistema construtivo foi geral a todos os centros urbanos medievais, apesar de, em muitas vezes, terem sido objecto de regulamentação municipal.

Apercebemo-nos desse modo de construção sobre a rua através de várias passagens da fonte (cf., Tabela 1), tendo, por norma, como é de conhecimento, uma vara de comprimento:

Tabela 1 - Comprimento das sacadas

Local	Casos registados	Dimensão dadas a conhecer
Gatos	8	em três casos: 1,1 m.
Val-de-Donas	5	em um caso: 1,1 m.
Castelo	2	em um caso: 0,6 m.
Nova do Muro	2	(sem informação)
Caldeiroa	2	
Judiária	1	
Torre Velha	1	
Mercadores	1	

Um dos problemas decorrentes desta situação era o conseqüente reduzir de luminosidade sobre a rua, o que impedia a dissipação da humidade²². Nas ruas mais estreitas, as casas estavam tão juntas que os seus telhados quase se tocavam.

Precisamente porque cada rua tem fisionomia própria, seria necessário percorrer os dados quantitativos para cada uma delas, na esperança de aí se detectarem assimetrias ou encontros, semelhanças ou particularidades. Tarefa essa relegada para outro instante que não o presente, por motivos óbvios.

As construções

São muitas as dificuldades sentidas pelo investigador quando procede à abordagem do tema da espacialidade urbana.

Das informações colhidas quase nada consta acerca dos materiais usados na construção, nem sobre outros pormenores arquitectónicos, como, por exemplo, as aberturas das paredes ou o pavimento. Sobre a compartimentação interior chegaram-nos apenas informações dispersas, como a referência ao Hospital de Santa Margarida que “dentro tem duas cameras repartidas de taboado”²³. Das poucas alusões a pormenores arquitectónicos, uma delas é referente a uma casa na rua de Val-de-Donas. Para

Luís Carlos; DUARTE, Luis Miguel - "Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)", *Revista de História*, vol. 6, Porto, CHUP, 1985, p. 11).

²¹ LEGUAY, Jean-Pierre - "La rue: element du paysage urbain et cadre de vie dans les villes du royaume de France et des grands fiefs aux XIV^e & XV^e siècles", *Le paysage urbain au Moyen-Age. Actes du XI^e Congrès des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur*, Lyon, PUL, 1981, págs. 24 a 26.

²² JEHÉL, Georges; RACINET, Philippe - *La ciudad medieval. Del Occidente cristiano al Oriente musulmán (siglos V-XV)*, Barcelona, Ed. Omega, 1999, p. 128.

²³ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 275/275v.

além das habituais confrontações, mais se indica que, por detrás, confronta com os muros da dita vila e, por diante, com a rua pública. A casa é de herdade da Confraria dos Sapateiros e traz por prazo André Esteves, sapateiro. Tem uma “mea cozinha”, que mede de comprimento sete varas (7,7 m.), e de largura, por baixo pela loja, quatro varas (4,4 m.) “e de saída per a sobre a Rua mea vara”²⁴.

Outra limitação latente diz respeito a um possível aproveitamento das informações da fonte para o levantamento cartográfico do que era Guimarães em 1498. À primeira vista, estão presentes os dados que nos permitem recriar a envolvimento espacial das casas, uma vez que, para além das referências aos pontos cardeais, a localização geográfica dos imóveis era complementada com as confrontações. Este sistema de registo, como se sabe, fornece dados sobre as casas contíguas, bem como sobre outros elementos importantes, como o nome da rua e outras construções de destaque – o forno, por exemplo, ou a torre. No entanto, apesar do valor evidente dos dados, persistem os hiatos, pois nem toda a propriedade urbana foi cadastrada, criando espaços vazios no nosso esquema de representação. Esta dificuldade só será ultrapassada com a conjugação de elementos provenientes de outras fontes coevas, pelo que o cruzamento de dados possibilitaria o preenchimento dos espaços em branco, e assim a representatividade gráfica. Em termos práticos, na tentativa de esboçar uma simples rua, falta sempre qualquer elemento que sustente a continuidade da ocupação do espaço.

Tipologia das casas

Com fins meramente processuais, optou-se por agrupar a informação recolhida segundo algumas categorias. São critérios arbitrários, mas que nos permitem formar conjuntos diferenciadores.

Assim, estes foram os agrupamentos: ‘localização’ (nome da rua ou lugar), ‘tipologia’ (casas térreas, de um ou de dois sobrados); ‘género’ (atafona, casa nova, cavalaria, chão, estalagem, exido, forno, hospital, pardieiro, pelame, torre, tulha); ‘dimensões’ (casa, exido e sacada); se ‘telhada’ ou não.

Dos cerca de 380 registos compulsados, a esmagadora maioria fornece a localização dos prédios por rua, sem nada dizer sobre os atributos arquitectónicos. Por razões diversas, em vinte desses casos não existe qualquer tipo de informação espacial. Os objectivos subjacentes à elaboração do “Tombo das Capelas” oferece-nos um património mutilado, já que circunscrito às instituições fiscalizadas.

A análise do Gráfico 1, permite registar cerca de cento e seis casas passíveis de alguma análise quantitativa, quanto ao número de pisos. De entre estas, dezasseis eram térreas, sessenta e nove tinham um sobrado e vinte e uma eram de dois sobrados. Não há notícia de casas com altura igual ou superior a três sobrados, como, aliás, ocorre na generalidade da habitação corrente dos centros urbanos de média grandeza.

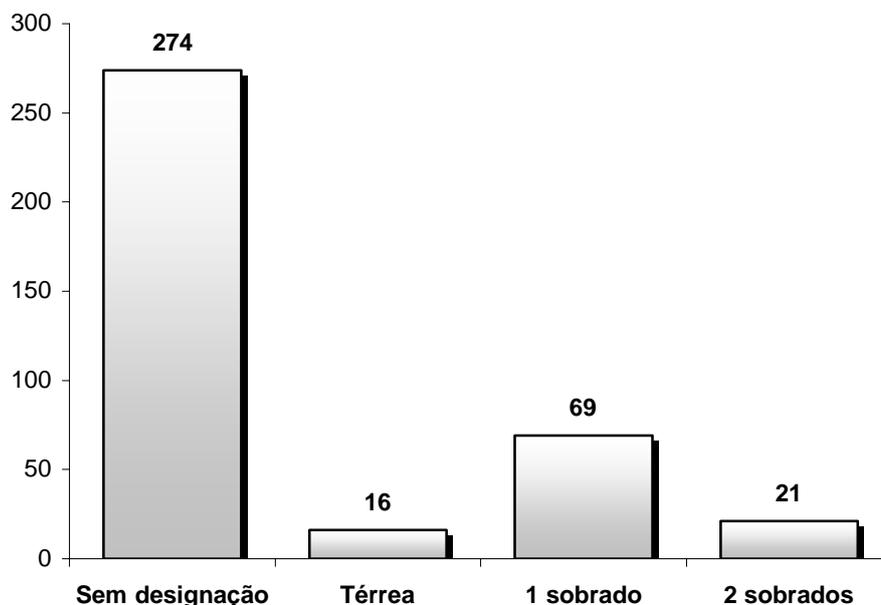
Do seu interior pouco sabemos, à excepção da referência à existência de “câmaras” em edifícios cuja importância justifica um maior detalhe, como no caso dos hospitais.

Embora não conhecendo o total do universo construído, temos uma amostra de casos relativamente significativa. Facto que nos permite extrapolar algumas considerações gerais, com base na distribuição do tipo de casas pelas ruas de Guimarães medieval (Tabela 2, p. 8).

²⁴ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 180.

Para um observador coevo, a vila de Guimarães registava já em algumas das suas ruas uma relativa altimetria, atendendo aos valores da época²⁵.

Gráfico 1 – Categoria: ‘Tipologia das casas’ (número de registos)



Uma parte significativa dos imóveis tinha um sobrado, sobretudo nas artérias mais próximas do centro. Aí, a maior pressão demográfica e os espaços de maior valor locativo justificam o crescimento em altura. De entre estas ruas, sobressai a dos Mercadores, muito central, que merece especial destaque devido ao facto de nove casas serem de dois sobrados, algo já confirmado em estudos anteriores. Esta característica parece ser atributo generalizado desta rua, fruto de uma forte pressão de procura numa das principais ruas de Guimarães. A reforçar esta concentração, temos conhecimento da existência de sacadas na dita rua, a extravasar o espaço privado para a via pública. De fisionomia aproximada eram as ruas Nova do Muro²⁶ e a Sapateira (cf. Tabela 2).

A preponderância das casas de um sobrado sobre as térreas vai sendo progressivamente adoptada, ao ritmo da evolução demográfica que cada centro urbano vai sofrendo. Esta tendência pode observar-se pelos registos obtidos de casas novas, oito no total, todas elas de um sobrado.

Apesar do Gráfico 1 não o demonstrar, devemos levar em conta o elevado número que compõe o conjunto de habitações de tipologia desconhecida, sendo plausível que elas correspondam a casas térreas ou sobradadas. Isto porque os inquiridores só registaram os aspectos descritivos dos imóveis quando estes eram parte do património de raiz, de dada instituição. O mesmo não acontecia com a

²⁵ O perfil das construções dos centros urbanos portugueses era baixo, com prevalência das casas térreas, seguido das de um sobrado. Nas maiores cidades, como Lisboa ou Porto, as construções eram mais altas, sendo frequentes os três, quatro e mesmo cinco sobrados (DIAS, João José Alves - *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1996, p. 112).

²⁶ Hoje em dia rua Egas Moniz.

propriedade de censos. Nestes casos, apenas se refere o imóvel pelo qual se solvia dada prestação, sem mais pormenor.

Tabela 2 - Distribuição da tipologia das casas pelas ruas, por ordem decrescente

Rua	Tipo				Total
	Desconhecido	Térrea	1 Sobrado	2 Sobrados	
Gatos *	24	3	18		45
Castelo	24		9		33
Mercadores	17			9	26
Nova do Muro	17		5	4	26
Val-de-Donas	18		7	1	26
Sapateira	19		1	4	24
Couros *	22	1			23
Judiaria	21		1		22
Gado	10	3	3		16
Torre Velha	9		3	2	14
Caldeiroa *	9	1	2		12
S. Tiago	7		4	1	12
Escura	8				8
Fornos	7		1		8
S. Paio	6	1	1		8
Toural *	3		4		7
Porta de Santa Luzia *	1	5			6
Outras ruas	29	2	8		39
Sem informação	18		2		20
Total	274	16	69	21	380

* localizadas no arrabalde

Dimensões das casas

Antes de iniciarmos a abordagem numérica neste item, achamos por bem especificar alguns critérios de precisão. Assim, entraram para o cálculo apenas as referências tidas como construção corrente, excluindo propositadamente aquelas casas que, pelas suas largas dimensões e pela reconhecida atipicidade, confeririam aos valores médios uma perspectiva errónea da realidade urbana. Referimo-nos, por exemplo, à exclusão da famosa Casa do Arco, na Rua de Santa Maria, com os seus imponentes 20 m. de comprimento e 8,07 m. de largura²⁷. Outras ‘exclusões’ foram os hospitais, as cavaliças, os chãos, os fornos, cujas características obrigariam a um tratamento específico.

Conhece-se o comprimento de oitenta e três prédios e a largura de noventa. Para os exidos, ficaram-nos as dimensões de cinquenta²⁸.

Se a diferença numérica entre o número de casas e o número de exidos registados pode ser facilmente explicada pela não existência de quintais em todas as casas, já o diferencial relativo às dimensões entre largura e comprimento pode causar estranheza, pois não teria lógica o oficial medir

²⁷ As dimensões quase sempre foram expressas em varas e seus submúltiplos, tendo sido adoptado o sistema de equivalências de uma vara igual a 1,1 metros, proposto por OLIVEIRA MARQUES, A. H. - Pesos e medidas, *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, 2ª ed., Lisboa, 1971, págs. 369-374.

²⁸ A título comparativo, para Évora, são conhecidas as dimensões de oitenta e sete casas e dez quintais (SOUZA - *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, op. cit., p. 75). Para Tomar, foram anotadas as dimensões de sessenta e um prédios, incluindo cinquenta e duas casas (CONDE - *Tomar medieval (...)*, op. cit., p. 116). Na Guarda, para o século XV, foram considerados sessenta e seis edifícios, embora se tenha em conta o facto do cálculo assentar na área dos chãos e não na área ocupada pelo edifício (GOMES - *A Guarda medieval (...)*, op. cit., págs. 73-75).

apenas um dos lados do imóvel. Convém referir, neste momento, o grau de destruição de parte do documento, o que torna ilegível muitas informações. Daí o facto que acima se referiu.

No entanto, dispomos de uma amostra suficientemente representativa para dela inferir algumas conclusões.

Esta convicção pode, no entanto, esbarrar na falácia da estatística, já que o seu cálculo encerra em si particularidades que convém respeitar ou, pelo menos, assinalar. Por exemplo: a importância normalmente atribuída à média, como medida típica dos valores registados, pode não ser totalmente justificada, isto se a dispersão desses mesmos valores for relativamente elevada. Em termos aplicados ao nosso estudo, será pertinente colocar a seguinte questão: até que ponto pode o valor da média assumir-se como medida típica das dimensões das casas, quando essas mesmas dimensões revelam alta assimetria?

Felizmente, existem outras medidas de tendência central que não são tão sensíveis à alta dispersão dos valores – a mediana é uma delas. Isto significa que, na nossa análise, valorizaremos a média ou a mediana, caso se verifique respectivamente menor ou maior dispersão de valores na distribuição. O índice de dispersão de uma distribuição é-nos dado pelo desvio padrão (d.p.) da amostra e pelo respectivo coeficiente de variação (c.v.), ambos aferidores da autoridade do valor da média, como no início se referiu²⁹.

Valores médios para comprimento e largura

Em 1498, uma casa em Guimarães tinha, em média, 4,4 m. de largura e 9,8 m. de comprimento³⁰.

Quer em largura, quer em comprimento, os valores médios são coincidentes com os da mediana o que, se por um lado, revela uma quase ausência de assimetria, por outro, reflecte a concentração de valores em torno desta medida.

Quanto à largura, com um d.p. de 1,6, e partindo do princípio de estarmos em presença de uma distribuição normal ou aproximadamente normal³¹, podemos considerar que 68,26% da percentagem da área total, que corresponde ao limite de um desvio padrão acima e abaixo da média, varia em largura entre os 2,9 m. e os 6,1 m.

²⁹ Sobre as especificidades de natureza estatística, veja-se REIS, Elizabeth - *Estatística Descritiva*, Lisboa, Ed. Sílabo, 1991; BLALOCK, Hubert M. - *Estatística Social*, 2ª ed., 3ª reimp., México, Fondo de Cultura Económica, 1986; cf., também, LEVIN, Jack - *Estatística aplicada a Ciências Humanas*, 2ª Ed., São Paulo, Harbra, 1985.

³⁰ Para Tomar, as dimensões apresentavam valores em largura variando entre 3,3, a 5,5 m., e em comprimento entre 4,4 e 6,6 m. (CONDE - *Tomar medieval (...)*, op. cit., p. 116). Para Évora, existe a particularidade de haver o comprimento múltiplo ou aproximado de três varas para 52,8% das casas, o mesmo se passando para 55,17% da largura (SOUSA - *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, op. cit., p. 68).

³¹ Muito sucintamente, a distribuição das frequências numa curva pode assumir uma forma normal, o que, em termos práticos, permite uma visão geométrica (em forma de gráfico) das distribuições dos valores. As características desta curva (simetria face ao centro da distribuição, ser unimodal e assintótica) são atributos que permitem descrever a distribuição de valores, interpretar o desvio padrão e calcular probabilidades. Para uma noção mais aprofundada sobre a distribuição em forma de curva normal, consultar BLALOCK - *Estatística Social*, op. cit., págs. 104 a 114, como também, LEVIN - *Estatística aplicada a Ciências Humanas*, op. cit., págs. 81 a 103.

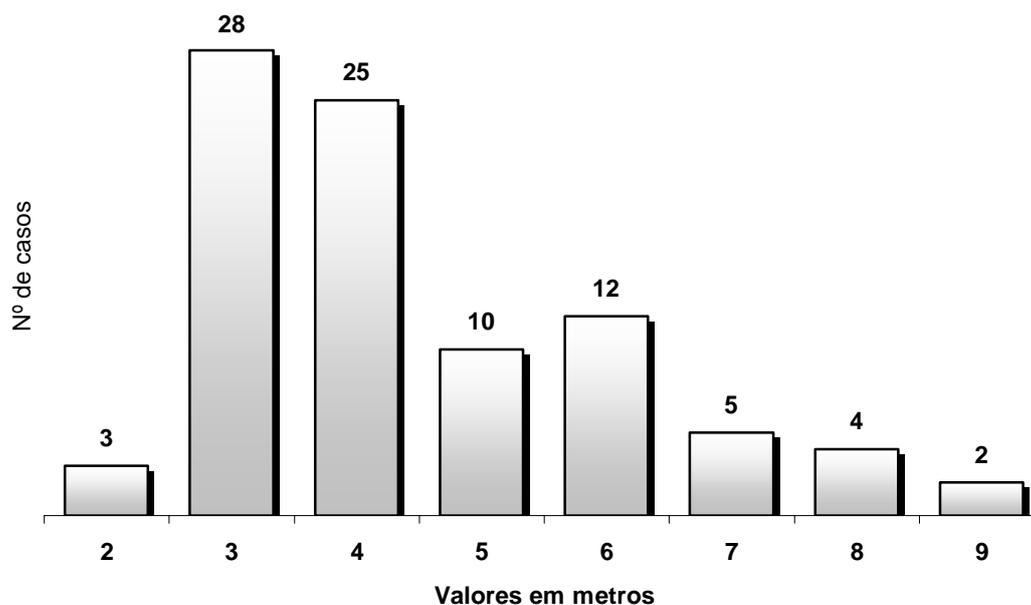
Tabela 3 - Dimensões das casas (resultados globais)

		Casa		Exido	
		Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n		82	89	48	50
Média		9,8	4,4	16,9	6,3
Mediana		9,9	4,4	12,9	5,0
Desvio padrão		2,7	1,6	13,8	4,6
Coef. de Variação		28%	35%	81%	72%
Valor máximo		18,7	8,8	69,3	20,9
Valor mínimo		2,2	2,2	2,8	1,1
Amplitude		16,5	6,6	66,6	19,8
Ratio	Máx.	5		9	
	Mín.	0,7		0,8	
	Média	2,5		3,2	
Área média		44,6 m ²		146,0 m ²	
Área total		190,6 m ²			

O c.v. obtido para a largura e para o comprimento foi de 35% e de 28%, respectivamente, o que, mais uma vez, assegura autoridade no uso do valor da média.

Pela análise dos resultados globais apurados para as dimensões das casas (Tabela 3), podemos constatar a existência de uma maior dispersão em comprimento do que em largura. Isto é, as casas tendem a ser mais homogéneas em largura (menor d.p. e menor amplitude).

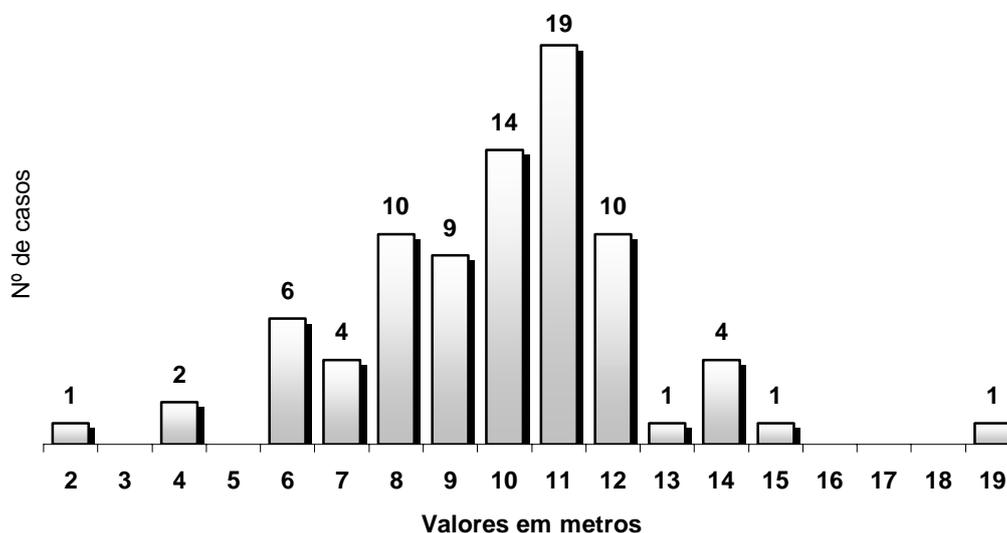
Pensamos que tal facto terá a ver com as diferenças de espaço disponível para construção, sendo a largura sujeita a uma menor variação, pois pode depender não só da centralidade da rua, ou seja, da existência ou não de outras casas no espaço contíguo, como também da procura que esses espaços sofrem. Numa rua de grande densidade habitacional, como a dos Mercadores, a largura média era de 2,7m., com um d.p. de apenas 0,4, ao passo que na rua de Gatos a largura média era de 5,97m., com um d.p. de 1,4.

Gráfico 2 - Largura das casas em Guimarães (1498)

Em largura, os valores das casas registam uma maior frequência entre os três e os quatro metros, valor idêntico ao verificado em Lisboa e em Évora e ligeiramente exíguo comparativamente a Tomar (entre três a cinco metros e meio)³².

Em comprimento, a variação já é maior, o que não causa surpresa, dado que as casas tendem a alongar-se mais neste sentido, ou por disponibilidade de espaço, ou pela própria lógica de construção. Registe-se a amplitude de 16,5 m., resultado da maior diferença das medidas em comprimento das casas. Esta facto apenas revela um ligeiro grau de assimetria negativa, particularmente provocada pela existência de valores extremos acima da média. O d.p. de 2,7 reflecte a menor homogeneidade do comprimento, quando comparado com semelhante valor da largura, significando, em termos concretos, e tomando como pressuposto a normalidade da distribuição, que 68,26% das casas em Guimarães variava em comprimento entre os 7,1 e os 12,5 m.

Gráfico 3 - Comprimento das casas em Guimarães (1498)



Os valores de comprimento mais comuns das casas em Guimarães situam-se entre os dez e os onze metros, resultados ligeiramente superiores aos verificados em Lisboa (entre 5,5 a 7,7 m.), e muito mais distantes dos ocorridos em Évora (entre 4,4 e 6,6 m.) ou em Tomar (3,3, e 5,5 m.)³³.

Ratios

Em toda a Idade Média, a pressão construtiva provocou alterações na ocupação da parcela.

A predisposição das casas apresenta uma razão média entre largura e comprimento de 2,5, com tendência para o rectangular e alongado³⁴. A disposição longitudinal das casas, pode ser uma

³² CONDE, Manuel Sílvia Alves - "Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal nos fins da Idade Média", *Arqueologia Medieval*, Número 5, Porto, Ed. Afrontamento, 1997, p. 249.

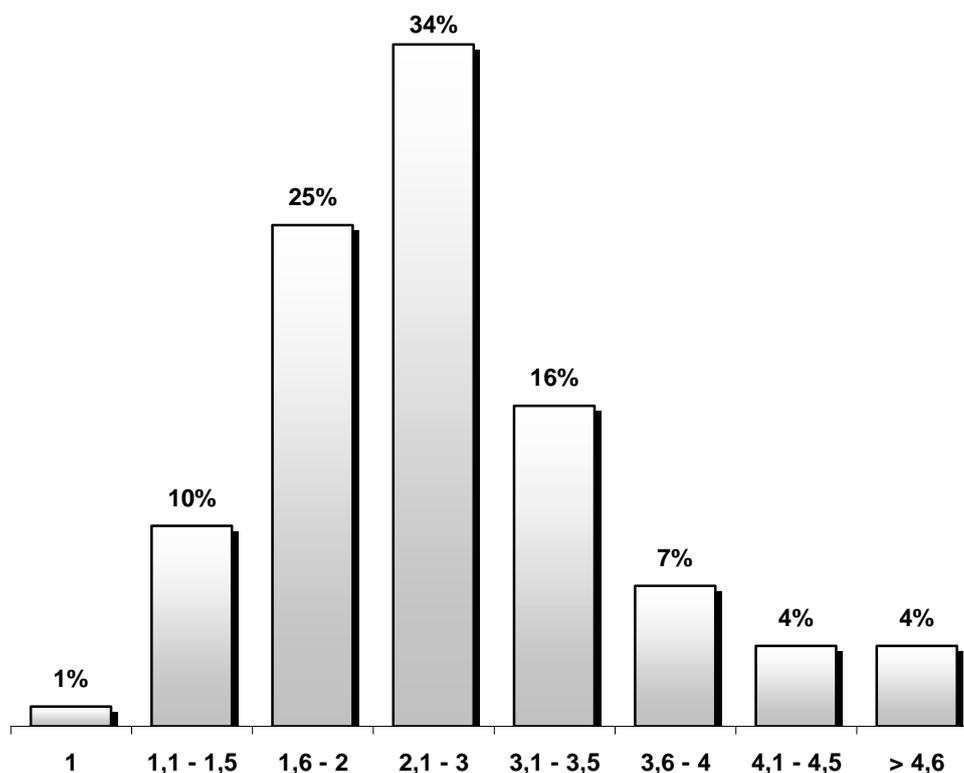
³³ *Ibidem*, p. 249.

³⁴ Os estudos realizados parecem evidenciar particularismos regionais. A norte, a tendência é para a casa comprida e estreita, manifestando-se em Ponte de Lima, com casas quatro a cinco vezes mais compridas que largas (ANDRADE - *Um Espaço urbano medieval: Ponte de Lima, op. cit.*, págs. 36 e segs.). Também tendência para o alongado em Lisboa (CONDE - *Arqueologia Medieval, op. cit.*, p. 249). Em Abrantes, verificou-se um maior crescimento na horizontal do que na vertical, tendendo para a rectaguarda (VILAR, Hermínia Vasconcelos - *Abrantes medieval. Séculos XIV e XV*, Abrantes, C.M. de Abrantes, 1988, p. 27). Para Évora, as interpretações não são unânimes, ora considerando o módulo de três varas na construção

consequência lógica da sujeição dos lotes à via pública, mas também da pressão urbanística exercida sobre um espaço exíguo, como o verificado na já citada rua dos Mercadores.

Esta predominância parece ter sido vulgar no Norte de Portugal, bem como em muitos outros centros urbanos da Europa medieval³⁵. Já era menos frequente no Sul mediterrânico.

Gráfico 4 – Ratio largura/comprimento das casas em Guimarães (1498)



Uma leitura mais pormenorizada do Gráfico 4 permite-nos constatar a maior predominância (34%) de valores da *ratio* largura/comprimento compreendidos entre 2,1 e 3. No entanto, outras *rationes* assumem igualmente valores consideráveis, pelo que a diversificação dos valores para Guimarães é o reflexo das especificidades a nível local. Um pouco mais de metade das casas apresentava *rationes* entre 1,6 e 3, e 71% delas oscilavam entre 1,6 e 3,5.

Também as assimetrias encontradas nas dimensões dos prédios não são um fenómeno estranho, na medida em que, para a análise dos resultados globais das dimensões das casas, entraram para o cômputo as moradas de todas as ruas: tanto as de localização central e de maior densidade habitacional - largura mais exígua, mas de configuração mais estreita e alongada, como as da rua dos Mercadores (*ratio* de 3,6) -, como as de maior espaço para construção, a rua de Gatos (*ratio* de 1,7).

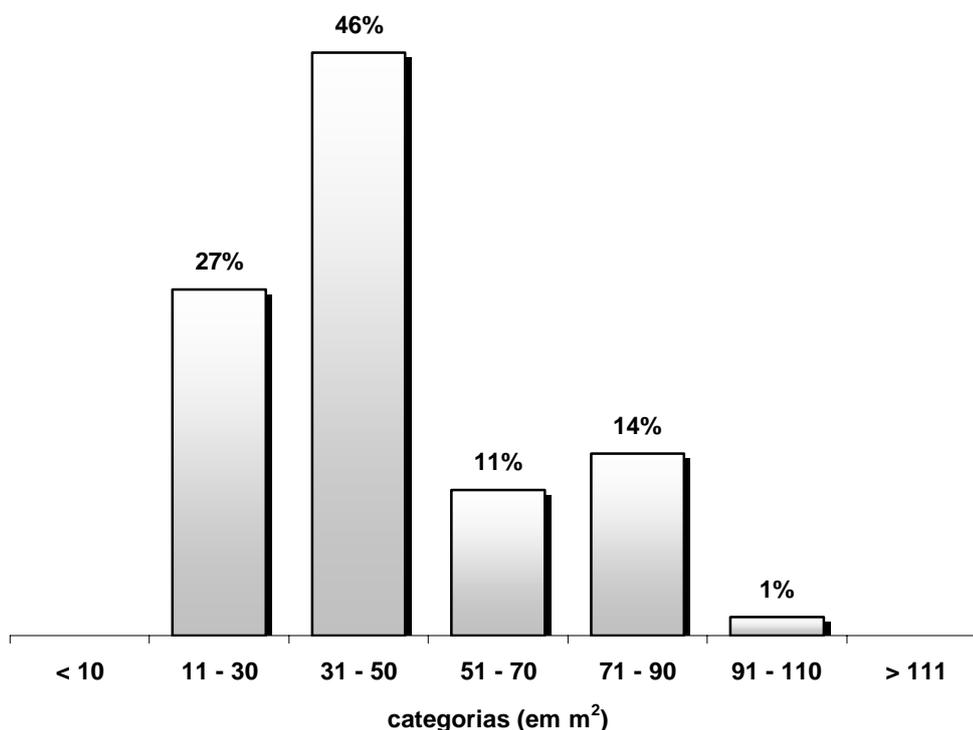
corrente, sendo que a casa de 3x3 varas e de 6x3 varas (aprox.) representavam 29,8% dos casos, sem se ter definido um modelo típico (SOUSA - *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, op. cit., págs. 68-76), opinião semelhante à de Ângela Beirante (BEIRANTE - *Évora na Idade Média*, op. cit., p. 163). Opinião discordante tem Sílvia Conte (CONDE - *Arqueologia Medieval*, op. cit., p. 249) referindo “se concentrar em torno dos valores médios”. As casas aproximavam-se mais do quadrado em Tomar, com ratios de 1,1 a 2 em 47% das cinquenta e duas casas consideradas (CONDE - *Tomar medieval (...)*, op. cit., p. 116), e em Torres Vedras metade dos casos apenas excede a ratio de um (RODRIGUES - *Torres Vedras. A vila e o termo (...)*, op. cit., p. 154).

³⁵ Cf. ROUX, Simone - “L’habitat urbain au Moyen Age. Le quartier de l’Université à Paris”, *Annales E.S.C.*, XXIV-5, 1969, p. 1206.

Área

Sem o conhecimento dos valores em altura, as áreas das casas devem ser sempre entendidas como a medida ao nível do chão, havendo, portanto, discrepância entre aquilo que deve ser considerado espaço ocupado e espaço útil, sabendo que a existência de um sobrado, no mesmo espaço ocupado, faz aumentar a área útil. Dado o fenómeno conhecido de nem sempre os sobrados acompanharem a área do piso térreo, e de haver casos em que só a parte dianteira era sobradada, não é lícito multiplicar a área do piso térreo. Depois, há que contar com o vão para as escadas, que subtrai espaço utilizável.

Gráfico 5 - Áreas categorizados das casas em Guimarães (1498)



Nesta amostra, a área da casa, ao nível do chão, atingia valores médios de 44,6 m², que não podem ser considerados valores elevados, atendendo à realidade nacional verificada em outros estudos, que descrevem o conjunto das casas como sendo de reduzidas dimensões, como o verificado.

Ocupa expressão preponderante o grupo das edificações com uma área que oscilava entre os 31-50 m², com 46% das ocorrências³⁶. Também são relevantes os 27% de casas com espaço ocupado entre os 11-30 m². Tal significa que, em 73% dos casos, a área dos imóveis em Guimarães variava entre os 11-50 m².

Expressão semelhante tinha Torres Vedras³⁷, na sua maioria inferiores a 50 m². As áreas para Tomar eram mais elevadas (60 m²)³⁸.

³⁶ Entraram para o cálculo os valores conseguidos para as setenta casas de largura e comprimento simultaneamente conhecidos, uma vez 'rejeitados' os casos atípicos.

³⁷ Na maioria dos casos (66%), os valores eram inferiores a 50 m² (RODRIGUES - *Torres Vedras. A vila e o termo (...)*, op. cit., p. 154).

³⁸ Em mais de 70% dos casos, variava entre 31 e 90 m² (CONDE - *Tomar medieval (...)*, op. cit., p. 116).

Valores mais aproximados têm os de Lisboa, onde metade das habitações teriam 40,2 m²; em Óbidos teriam 43,6 m², e, em Alenquer, registaram-se 44,1 m². Para Évora, valores bem mais inferiores: cerca de metade das habitações situavam-se entre os 11 e os 30 m² de área³⁹.

Exidos

O tom ruralizante do mundo urbano manifesta-se pela presença dos exidos ou quintais. O seu conjunto deveria constituir uma significativa mancha “verde” na paisagem. Este espaço contíguo à casa era aproveitado como prolongamento natural da residência, para a construção de anexos (armazenamento, recolha de animais, tarefas de transformação alimentar – lagares, adegas, palheiros, entre outros) ou para qualquer plantio⁴⁰.

Na categoria dos exidos, obviamente as diferenças numéricas são maiores. Falar de uma superfície média dos quintais é um exercício que peca por imprecisão, tantas as discrepâncias em presença.

Em primeiro lugar, devemos referir que nem todas as casas tinham exidos. Daí o desfasamento entre o número de informação colhida sobre quintais e sobre prédios que, no primeiro caso, são cerca de cinquenta e, no segundo, cerca de oitenta.

Obviamente que a disparidade observada pela análise do d.p. e da variância é um reflexo preciso da enorme confluência de diferentes medidas para os exidos, razão pela qual se deve usar o valor da média com grande cautela. Prova disso é o facto da mediana estar relativamente distanciada face à média, reflexo da assimetria dos valores. Posto isto, parece-nos mais prudente seguir os valores da mediana. Assim, o mais comum eram os exidos com 5,1 m. de largura e 13,2 m. de comprimento, numa *ratio* de mediana igual a 2,7 (média igual a 3,2), valor este que não contrasta com a tendência média verificada para as casas. Pela assimetria referida, deve ser feita menção à enorme amplitude registada, de 19,8 m. na largura, e de 66,6 m. no comprimento.

Analisando as áreas dos exidos, obtivemos um valor de 146 m² em média⁴¹.

Prosseguindo com cálculos numéricos, em Guimarães, a área média total de ocupação de uma casa com seu exido era de 190,6 m².

A globalidade das análises conduz ao problema do ocultar particularidades. Na realidade urbana, essa tendência é por demais evidente. Por exemplo, é óbvio que a expressão ‘em média’ não serve para representar correctamente todas as ruas. Mas, em face da ausência de elementos informativos em maior número e mais adequados, o meio termo tem a virtude de indicar uma ideia de espaço que, mesmo pecando por insuficiência, não deixa de constituir um elemento de análise com a sua importância.

Cobertura

A partir de finais do século XV, a cobertura em telha vai dominando face ao colmo, a palha e a madeira. As razões da mudança prendem-se, obviamente, com os motivos de maior segurança, isolamento, protecção e resistência, e com o teor estético da paisagem.

³⁹ CONDE - Arqueologia Medieval, *op. cit.*, págs. 249-250.

⁴⁰ Sobre quintais, cf., LE CAILLE, Claire Mabire - "Les jardins de ville et de campagne", *Art et société en France au XVe siècle*, Paris, Maisonneuve & Larose, 1999, págs. 119 a 124.

⁴¹ Em Évora, a área dos quintas era em 70% superior a 100 m² (SOUSA - *A propriedade das albergarias de Évora (...)*, *op. cit.*, págs. 69-76).

Os dez casos em que nos foi possível registar a expressão “telhada”⁴² foram insuficientes para tirar conclusões. Todavia, quer pelos estudos já realizados para este centro, quer pelo que sabemos em geral para o país, como para o cenário europeu, na centúria de quatrocentos o uso da telha, nas coberturas urbanas, era já uma realidade predominante⁴³.

Evidências de destruição

A presença manifesta da fragilidade da construção urbana medieval revela-se através do significativo número de pardieiros, decorrente do tipo de materiais utilizados na construção. Proliferam, sem dúvida, muitas casas “derribadas”, em pardieiro.

Embora os materiais não fossem registados, conhecemos o predomínio da madeira, do adobe, da taipa, o que explica a celeridade com que o prédio ruía⁴⁴.

O abandono a que o espaço foi votado é perceptível pelas expressões “pardieiros que foram casa” ou “jaz no chao e se nom pagua delle nada per quanto ho nam traz nenguem”. Situações como esta ocorreram dezasseis vezes, concentrando-se na rua do Castelo seis registos, sinónimo da progressiva desurbanização da parte alta da vila.

Esporadicamente, chegam-nos vestígios do estado de algum abandono a que as estruturas defensivas se encontravam nesta altura. Uma delas dizia respeito ao derrubamento accidental de uma das torres, presume-se que das muralhas:

“Item ao pee da torre do muro que cayo / estam tres casas fforam moradas / todas tres E quayo a torre e ribou/as E jazem allaguadas com ha / pedra da torre que cayo da torre / e tem per a ruua homze Varas todas tres / de largo emtestam na dita torre Ri / bada”⁴⁵.

Renovação urbana

O efeito inverso ao da degradação urbanística é o da edificação de novos espaços. Sob o epíteto de “casas que são nouas” ou “casas que as fez de nouo”, surgiram-nos oito registos, havendo a realçar o conjunto de quatro casas localizadas no Toural, espaço situado no eixo de progressão urbana de Guimarães, e prenúncio da centralidade na qual hoje se integra.

Todas as casas novas são de um sobrado, manifestação de uma tendência urbanística que já estava cimentada.

Um destes registos define a conhecida Casa do Arco, situada na rua de Santa Maria.

Intramuros/Arrabalde

Uma compreensão mais pormenorizada da realidade urbana de Guimarães apela à consciência de que cada rua tem as suas próprias características. À luz daquilo que pudemos apreender, seria de

⁴² Cinco dessas casas situavam-se defronte da porta travessa de Santa Luzia contra S. Domingos. Eram térreas, alugadas a um ano e estavam destinadas às lázaras (IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, fls. 27v/28).

⁴³ Cf., FERREIRA - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo' (...), op. cit.*, págs. 561 a 563.

⁴⁴ Cf., *Ibidem*, págs. 542-543.

⁴⁵ IAN/TT, *Núcleo Antigo*, n.º 272, f. 280v.

todo conveniente proceder à análise quantitativa das casas por ruas, individualizadas segundo um critério de importância urbana.

Nesta perspectiva, e com vista a minorar os riscos das generalizações, achamos de interesse elaborar valores das dimensões das casas para o espaço intramuros e proceder de igual modo para o exterior da muralha (Tabela 4, p. 16). A hipótese de trabalho seria, meramente, a de saber se a existência do elemento fisicamente constrangedor das muralhas se reflectia nas dimensões das casas e seus exidos.

Analisando os valores, não se vislumbram diferenças significativas entre as médias das casas, obtidas para os dois espaços diferenciados. O valor médio do comprimento e da largura mantém-se sensivelmente igual (cf. Tabela 4).

As maiores diferenças residem, sobretudo, no aumento das dimensões dos exidos situados fora das muralhas, com uma área, em média, de cerca do dobro da verificada no espaço interno, o que, de modo algum, pode ser considerado anormal⁴⁶. Verificam-se, nos arrabaldes, medidas em comprimento que em média ultrapassam em cerca de oito metros o valor para o intramuros (21,6 m. para 13,5 m.), pelo que facilmente se depreende a maior influência que os valores de comprimento dos exidos no arrabalde exercem no cálculo da média global. Neste domínio, as larguras não revelam diferenças significativas.

Tabela 4 – Dimensões das casas e exidos no intramuros e no arrabalde

	Intra-muros				Arrabaldes			
	Casas		Exidos		Casas		Exidos	
	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)	Comp. (m)	Larg. (m)
n =	49	49	28	28	29	37	20	22
Média	9,9	4,4	13,5	6,0	9,7	4,4	21,6	6,8
Mediana	10,5	3,9	10,2	4,4	9,9	4,4	13,4	5,3
Desvio padrão	2,5	1,8	9,2	4,4	2,6	1,2	17,5	4,9
C.V.	26%	42%	68%	73%	27%	26%	81%	73%
Valor máximo	14,9	8,8	38,5	20,9	18,7	7,7	69,3	20,9
Valor mínimo	2,2	2,2	2,8	2,2	5,5	2,8	7,7	1,1
Amplitude	12,7	6,6	35,8	18,7	13,2	5,0	61,6	19,8
Área média	45,4 m ²		93,0 m ²		42,5 m ²		196,5 m ²	
Ratio média	2,6		2,6		2,4		3,7	
Área média total	138,4 m ²				239,1 m ²			

⁴⁶ Como se sabe, os exidos no extramuros faziam a transição do mero quintal para as unidades de exploração mais vastas, como as hortas, ditas almuinhas, e as latadas. A propósito dos exidos, cf., LEGUAY - "Le rôle de la zone péri-urbaine (...)", *op. cit.*, p. 189 a 201, bem como, LE CAILLE - "Les jardins de ville (...)", *op. cit.*, págs. 119 a 124.

Fontes Manuscritas**Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)**

Núcleo Antigo, Número 272

Bibliografia

- AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luis Miguel - "Os homens que pagaram a Rua Nova (Fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)", Separata da *Revista de História*, vol. 6, Porto, CHUP, 1985.
- ANDRADE, Amélia Aguiar - *Um Espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- ANDRADE, Amélia Aguiar - "Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas", *A cidade. Jornadas Inter e pluridisciplinares*, Actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993.
- ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz - *Urbanística medieval (Guipúzcoa)*, San Sebastian, Kriselu, 1990.
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *Santarém medieval*, Lisboa, UNL/FCSH, 1980.
- BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha - *Évora na Idade Média*, dissertação de doutoramento em História Medieval, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1988.
- BLALOCK, Hubert M. - *Estadística Social*, 2ª ed., 3ª reimp., México, Fondo de Cultura Economica, 1986.
- BOTÃO, Maria de Fátima - *Silves capital de um reino medievo*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 1992.
- CHEVALLIER, Bernard - "Le paysage urbain a la fin du Moyen Age: imaginations et réalités", *Le paysage urbain au Moyen-Age, Actes de XI^e Congrès des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur*, Lyon, PUL, 1981.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves - *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves - "Sobre a casa urbana do centro e sul de Portugal nos fins da Idade Média", *Arqueologia Medieval*, Número 5, Porto, Ed. Afrontamento, 1997.
- DIAS, João José Alves - *Gentes e espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1996.
- DURANY CASTRILLO, Mercedes - "El paisaje rural medieval a través del ejemplo berciano", *Aragón en la Edad Media: Sesiones de Trabajo. III Seminario de Historia Medieval. Paisajes rurales y paisajes urbanos: métodos de análisis en Historia Medieval*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1994.
- ESTEPA DÍEZ, Carlos - "El alfoz y las relaciones campo-ciudad en Castilla y León durante los siglos XII y XIII", *Studia Historica*, vol. II, n.º 2, Salamanca, Ed. Universidad de Salamanca, 1984.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, C. M. de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento, 1989.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - "Barcelos terra de condes", Separata de *Barcelos Revista*, Barcelos, 1992.

- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão - *Guimarães: 'duas vilas, um só povo'. Estudo de História Urbana (1250-1389)*, Braga, Dissertação de Doutoramento em História - Idade Média, apresentada à Universidade do Minho, policopiada, 1997.
- GARCÍA TURZA, Javier - "Morfología de la ciudad de Nájera en la Edad Media", *III Semana de Estudios Medievales*, Logroño, Governo de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 1993.
- GASPAR, Jorge - "Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental", *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, vol. X, n.º 19, Lisboa, 1975.
- GOMES, Rita Costa - *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)* (Cadernos da Revista de História Económica e Social), Lisboa, Sá da Costa, 1987.
- GONÇALVES, Iria - *Um olhar sobre a cidade medieval* (Patrimonia Historica), Cascais, Patrimonia, 1996.
- JEHEL, Georges; RACINET, Philippe - *La ciudad medieval. Del Occidente cristiano al Oriente musulmán (siglos V-XV)*, Barcelona, Ed. Omega, 1999.
- LE CAILLE, Claire Mabire - "Les jardins de ville et de campagne", *Art et société en France au XVe siècle*, Paris, Maisonneuve & Larose, 1999.
- LE GOFF, Jacques - *Histoire de la France urbaine* (dir. de George Duby), tome 2, Paris, Ed. du Seuil, 1980.
- LE GOFF, Jacques - *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*, Lisboa, Edições 70, 1983.
- LEGUAY, Jean-Pierre - "La rue: element du paysage urbain et cadre de vie dans les villes du royaume de France et des grands fiefs aux XIV^e & XV^e siècles", *Le paysage urbain au Moyen-Age. Actes du XI^e Congrès des historiciens médiévistes de l'enseignement supérieur*, Lyon, PUL, 1981.
- LEGUAY, Jean-Pierre - *La rue au Moyen Age*, Rennes, Ouest-France Ed., 1984.
- LEGUAY, Jean-Pierre - "Le rôle de la zone péri-urbaine dans l'approvisionnement des villes armoricaines au Moyen Age", *Flaran 5 - L'Approvisionnement des villes de l'Europe occidentale au Moyen Age et aux Temps modernes, Cinquièmes Journées Internationales d'Histoire, 16-18 Septembre 1983*, Flaran, AUCH, Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, 1985.
- LEVIN, Jack - *Estatística aplicada a Ciências Humanas*, 2ª Ed., São Paulo, Harbra, 1985.
- MARQUES, José - "Braga nos finais da Idade Média (Subsídios para o seu estudo)", *Braga medieval*, Braga, 1983.
- MOLINA MOLINA, Angel Luis - "Territorio, espacio y ciudad en la edad Media", *La ciudad medieval. Aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*, Valladolid, Universidad de Valladolid, SPIC, 1996.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. - Pesos e medidas, *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, 2ª ed., Lisboa, 1971.
- REIS, Elizabeth - *Estatística Descritiva*, Lisboa, Ed. Sílabo, 1991.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A. - *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT, 1995.
- ROUX, Simone - "L'habitat urbain au Moyen Age. Le quartier de l'Université à Paris", *Annales E.S.C.*, XXIV-5, 1969.

- ROUX, Simone - *Le monde des villes au Moyen Age. XI-XV siècle*, Paris, Hachette Livre, 1994.
- SALGUEIRO, Teresa Barata - *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Porto, Ed. Afrontamento, 1992.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média* (Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa), Lisboa, INIC, 1990.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos - *Abrantes medieval. Séculos XIV e XV*, Abrantes, C.M. de Abrantes, 1988.